

Estado do Rio Grande do Sul

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS PROJETO DE LEI N.º 079/2025

Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Vereadores

O Projeto de Lei que ora remetemos para a apreciação desta Casa tem por finalidade regularizar a concessão de áreas públicas para as diversas entidades associativas de nossa cidade.

Atualmente, seis entidades associativas sem fins lucrativos, uma em cada bairro, faz uso de bens públicos municipais para o desenvolvimento de suas atividades culturais, recreativas e esportivas. São elas: Onze Amigos (Vale Suíço), SER Esperança (Morro Carrard), Juvenal (Piedade), SER Canastra (Morro Canastra), Centro-Oeste (Centro) e Associação Primavera (Bairro Primavera).

É preciso modernizar e atualizar a legislação vigente que regulamenta a concessão de uso destes espaços, que data do ano de 2005 (Lei Municipal n.º 708/2005).

Assim, estamos encaminhando o presente Projeto de Lei, para que a Câmara Municipal autorize a concessão de uso e a lavratura de contrato formalizando os parâmetros da operação com cada entidade beneficiária.

Contando com o apoio desta Egrégia Câmara, solicitamos a apreciação e aprovação do presente Projeto de Lei.

Atenciosamente.

RÉGIS PAULO FRITZEN
Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul

PROJETO DE LEI N.º 079/2025

DE 27 DE OUTUBRO DE 2025

CONCEDE USO DE BENS PÚBLICOS A ENTIDADES ASSOCIATIVAS MUNICIPAIS SEM FINS LUCRATIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RÉGIS PAULO FRITZEN, Prefeito Municipal de São Vendelino, Estado do Rio Grande do Sul, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte **LEI**:

- **Art. 1º** Fica concedido o uso de bens públicos municipais às seguintes entidades associativas, com sede no Município de São Vendelino, na forma disposta nesta Lei:
- I Associação dos Moradores do Centro-Oeste (CNPJ 07.140.819/0001-01), bairro Centro: duas áreas de terras, uma com 2.250m² (matrícula n.º 8.337) e outra com 1.894,80m² (matrícula n.º 11.550), contendo prédio construído de alvenaria e quadra de tênis;
- II Associação Esportiva e Cultural Juvenal (CNPJ 92.123.504/0001-17), bairro Piedade: quatro áreas de terras, a saber, 5.247,13m² (matrícula n.º 3.439), 3.446,35m² (matrícula n.º 3.440), 500,70m² (matrícula n.º 19.137) e 500m² (matrícula n.º 19.165), contendo um ginásio municipal e um campo de futebol, denominado Estádio Municipal Pedro Griebeler;
- III Associação Esportiva e Cultural Esperança (CNPJ 92.123.496/0001-09), bairro Morro Carrard: uma área de terras com 9.027,56m² (matrícula n.º 8.468), contendo um ginásio municipal e um campo de futebol, denominado Estádio Municipal Amandio Schoulten;
- IV Sociedade Esportiva e Recreativa Canastra (CNPJ 08.243.185/0001-77), bairro Morro Canastra: três áreas de terras, a saber, 1.350m² (matrícula n.º 1.614), 1.454,77m² (matrícula 12.433) e 790,41m² (matrícula n.º 12.434), contendo um ginásio municipal e um campo de futebol-sete);
- V Associação Cultural e Esportiva Onze Amigos (CNPJ 92.123.512/0001-63), bairro Vale Suíço: quatro áreas de terras, a saber, 9.746,01m² (matrícula n.º 4.835), 959,79m² (matrícula n.º 8.277), 900,06m² (matrícula n.º 8.469) e 1.163,95m² (matrícula n.º 11.672),



Estado do Rio Grande do Sul

contendo o Ginásio Municipal Leopoldo Edgar Fritzen e um campo de futebol, denominado Estádio Municipal Remo Aloysio Angst;

- VI Associação dos Moradores do Bairro Primavera (CNPJ 11.197.931/0001-48), bairro Primavera: duas áreas de terras, uma com 4.407,18m² (matrícula n.º 12.244) e outra com 1.045,98m² (matrícula n.º 11.806), contendo espaço coberto com quiosque e um campo de futebol-sete.
- Art. 2º O prazo de concessão é por tempo indeterminado, podendo o Município reservarse ao direito de requerer o uso do bem, segundo suas necessidades.
- **Art. 3º** A concessão de uso dos bens públicos é de caráter personalíssimo, não sendo admitida a cessão dos bens a terceiros, salvo a mera administração dos bens, mediante contrato específico de comodato, economato ou locação para exploração da copa e conservação do espaço público, sujeito à aprovação do Município.
- Art. 4º Havendo comercialização de bebidas ou alimentação nos espaços cedidos, deverá a entidade adotar todas as providências legais necessárias para a prática do referido comércio, observando as regras de vigilância sanitária e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dentre outras, respondendo a entidade cessionária integralmente e exclusivamente por qualquer dever decorrente dessa comercialização, sob pena de cassação da concessão e responsabilidade pessoal do Presidente da entidade, nas esferas civil, fiscal, administrativa e criminal.
- **Art. 5º** Fica de responsabilidade da entidade cessionária as despesas decorrentes da utilização de energia elétrica, água, telefonia, gás, dentre outras que decorrerem exclusivamente da utilização do espaço cedido.
- **Art. 6º** O Município celebrará contrato de concessão de uso de bem público com cada uma das entidades listadas no art. 1º.
- **Art. 7º** Todas e quaisquer despesas referentes a manutenção, reparos mínimos, substituição de vidros, telhas, telas, pisos, lâmpadas, equipamentos sanitários, aquisição de mesas, bancos e cadeiras, manutenção do gramado, vestiários, banheiros e da quadra esportiva, dentre outros, correrão exclusivamente por conta da entidade cessionária.
- **Art. 8º** As obras de melhorias que envolvam reformas estruturais, estéticas e ampliações dos bens públicos municipais cedidos correrão por conta do Município de São Vendelino, havendo disponibilidade financeiro-orçamentária, podendo ocorrer em parceria com a própria entidade cessionária, mediante prévio ajuste entre as partes envolvidas.
- Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar as disposições desta Lei por Decreto, no que couber.
- Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Estado do Rio Grande do Sul

Art. 11 Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal n.º 708/2005.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO VENDELINO,

Aos vinte e sete dias do mês de outubro de 2025.

RÉGIS PAULO FRITZEN Prefeito Municipal